

A crise financeira internacional de 2008/2009 e a derrocada dos mitos do neoliberalismo

Fernando Augusto Mansor de Mattos*

Resumo

O colapso do sistema financeiro internacional, deflagrado com a crise do mercado imobiliário americano, gerou uma crise econômica sem precedentes desde a crise de 1929 e coloca em discussão as políticas econômicas neoliberais. O objetivo deste artigo é fazer uma avaliação crítica de três dos principais mitos do neoliberalismo, a saber: o mito do fim dos Estados nacionais, o mito de que o mercado de trabalho americano representa um modelo a ser seguido e, em terceiro lugar, o mito do fim dos empregos.

Palavras-chave: neoliberalismo; estados nacionais; crise financeira internacional de 2008/2009.

Apresentação

Nossa crítica à teoria econômica clássica geralmente aceita consistiu menos em revelar os defeitos lógicos de sua análise do que em assinalar o fato de que as suas hipóteses tácitas nunca ou quase nunca são satisfeitas, com a consequência de que ela se mostra incapaz de resolver os problemas econômicos do mundo real (John Maynard Keynes, cap.24 da Teoria Geral)

A burguesia nascente precisava e empregava a força do Estado para “regular” o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes à produção de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e para manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência. Temos aí um fator fundamental da chamada acumulação primitiva (Marx, K. *O Capital*, cap. XXIV – A Chamada Acumulação Primitiva – livro 1, volume 2)

* Professor na Universidade Federal Fluminense (UFF). Trabalhou como Pesquisador-visitante no IPEA RJ, assessorando a Presidência da instituição. Mestre e Doutor em Economia do Trabalho pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Correio eletrônico: fermatt@uol.com.br.

O colapso do sistema financeiro internacional ocorrido a partir do segundo semestre de 2008, como decorrência da crise do mercado imobiliário americano e de seus efeitos, que se espalharam para toda a economia internacional, gerou a avaliação praticamente unânime de que esta se trata da maior crise econômico/financeira desde 1929.

A dimensão sem precedentes da crise atual coloca em cena a necessidade de reforma do sistema de relações econômicas internacionais e solapam as bases de sustentação dos cânones do pensamento neoliberal vigente desde a “revoluções” thatcheriana e reaganiana, iniciadas em 1979 e 1980, respectivamente.

Este ensaio procura destacar pelo menos três dos principais mitos do pensamento neoliberal que se encontram, no atual momento histórico, sob intenso julgamento. Em primeiro lugar, o mito segundo o qual os Estados Nacionais, desde a consolidação das “reformas” promovidas pelas políticas neoliberais, estariam esvaziados em sua importância e em suas funções. Em segundo lugar, o mito de que o mercado de trabalho americano representaria um exemplo a ser seguido pelos demais países capitalistas, notadamente aqueles ultrajados por elevadas taxas de desemprego. Em terceiro lugar, o mito de que seria inevitável a ocorrência do crescimento econômico “sem emprego”, devido a um suposto ganho de produtividade sem precedentes, gerado pelas “novas tecnologias” da atual globalização neoliberal.

Nas próximas seções, esses três mitos serão examinados mais detidamente.

Mito do fim dos estados nacionais

Marx¹ descreveu magistralmente o papel que teve o Estado Nacional para a gênese do capitalismo, impulsionando a chamada violência extra-econômica que promoveu a “acumulação primitiva”, conduzindo a transição da sociedade feudal para a sociedade baseada no modo de produção capitalista. A longa transição histórica do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, nas diversas sociedades em que ocorreu, teve nos Estados Nacionais um elemento decisivo.

O trabalho pioneiro de Gerschenkron² dedicou-se a discutir o papel desempenhado pelos Estados Nacionais nos países que tinham empreendido, no século XIX, um esforço de industrialização (as chamadas “industrializações atrasadas”) em um momento histórico posterior (daí a alcunha “atrasada” para o processo de industrialização desses países) ao do Capitalismo Originário, que ocorrera na Inglaterra já no século XVIII. O autor destaca as atribuições do Estado, especialmente durante a Segunda Revolução Industrial, em países como

EUA, Alemanha, França, Rússia e Itália, entre outros, na definição de regras de acumulação capitalista, nos arranjos políticos que permitiram a formulação de uma institucionalidade para o setor agrícola, para o setor bancário, o industrial etc., e, enfim, para a formulação da política econômica em geral, com destaque para as políticas creditícia, industrial, tecnológica e comercial³. Elas permitiram a estes países implementarem o modo de produção capitalista e, mais do que isso, em alguns casos, a superarem, já no final do século XIX, o volume de produção agregada da Inglaterra, em especial em alguns setores estrategicamente decisivos, como a indústria de aço e de ferro (Hobsbawm, 1983; Kemp, 1987).

Também no século XX, os Estados Nacionais foram decisivos para os projetos nacionais de desenvolvimento e de industrialização, em países como Coreia, Brasil, México entre, outros, com destaque para a China e seus parceiros asiáticos das últimas décadas e ainda hoje.

A crise de 1929 e a digestão das dívidas da primeira guerra deixaram a ideologia liberal em baixa (Gourevitch, 1986). Tanto a Alemanha de Hitler, quanto a URSS revolucionária se inscrevem entre diversos exemplos (estes, extremos) de rejeição às políticas liberais que ainda eram hegemônicas no início do século XX. Até mesmo a Inglaterra, com o abandono do padrão-ouro, em 1931, promoveu uma ruptura com a ideologia liberal que havia sido hegemônica na virada do século XIX para o XX⁴. Mais tarde, os horrores da segunda guerra e a profunda mudança de valores e de circunstâncias históricas delimitadas pela Guerra Fria criaram o ambiente para a ascensão da hegemonia keynesiana na condução de política econômica (Glyn et alli, 1990). Durante as décadas que marcaram os Anos Dourados do Capitalismo (anos 50 e 60), as políticas desenvolvimentistas conduzidas pelos Estados Nacionais, em maior ou menor ênfase, foram adotadas na maior parte dos países capitalistas, desenvolvidos ou não (Fiori, 1997 a).

A partir da desaceleração econômica dos anos 1970, o neoliberalismo deixa de ser apenas uma ideologia defendida por um grupo de pensadores (“velhos crentes”, como diz Hobsbawm, em passagem de seu Era dos Extremos) encastelados no Mont Pèlerin⁵. Depois de algumas décadas em que aquelas idéias e doutrinas eram pouco levadas a sério nos meios acadêmicos e políticos, porquanto as principais economias capitalistas passavam por um período de prosperidade inaudita⁶, instala-se a crise de acumulação capitalista de meados dos anos 1970, ao lado da ruptura da ordem internacional que havia sido erigido em Bretton Woods (no imediato pós-guerra) e da instabilidade financeira decorrente daquela ruptura (Belluzzo, 1995). O neoliberalismo passa a ser, então,

de fato colocado em prática, de forma mais consistente, hegemônica e organizada⁷, em políticas macroeconômicas implementadas inicialmente na Grã-Bretanha (a partir de 1979) e nos EUA (a partir de 1980), posteriormente se espalhando pelos mais diversos países do mundo, inclusive a França de Mitterrand, que adotou medidas de política econômica crescentemente liberalizantes, entre 1982 e 1984, depois de uma fracassada tentativa de adotar medidas heterodoxas logo no início do governo (Gourevitch, 1986). Ficava claro que as condições macroeconômicas concretas (internas e externas) e principalmente a hegemonia neoliberal impediam atitudes de países isolados em direção a propostas de políticas econômicas que se opusessem ao receituário dominante. É claro que, para estas dificuldades, contribuía o cenário financeiro internacional marcado pela desregulamentação, que vinha ocorrendo a passos largos desde os primeiros anos da década de 1970 (Glyn, 2006).

Os princípios que animavam a justificativa para a retirada de cena do Estado provinham, em última instância, das obras de Smith e Ricardo, mas, mais recentemente, dos postulados da Lei de Say, segundo a qual a oferta criaria a sua própria demanda, sendo, portanto, de se esperar (salvo intervenções indevidas nos mercados) que os mercados se auto-ajustariam e tenderiam ao equilíbrio (um postulado subjacente à Lei de Say era de que a moeda seria neutra, ou seja, apenas um instrumento de trocas e portanto não sujeita ao entesouramento por parte dos agentes). A partir dos anos 80, instala-se a visão novo-clássica na academia, tornando-se hegemônica a idéia segundo a qual os agentes econômicos agiriam sempre racionalmente e que portanto não adiantaria os Estados tentarem direcionar a política econômica, pois estes agentes (supostamente racionais) antecipariam os resultados de um modelo cujo funcionamento seria plenamente conhecido por estes agentes racionais (Mollo, 1997). Dessa forma, ficava-se a justificativa para que fossem tomadas medidas de retirada do Estado da regulamentação de todos os mercados, em todos os países.

Helleiner (1994) salienta que a abertura e liberalização dos mercados financeiros promovida pelos EUA e pela Grã-Bretanha, já nos anos 70, fora conduzida pelos respectivos Estados Nacionais, atendendo aos interesses das altas finanças privadas desses países, em busca de novos e internacionalizados mercados. Esse processo se acentua nos anos 1980, consolidando-se a partir da elevação unilateral e então sem precedentes, no pós-guerra, da taxa e juros dos EUA (a “política do dólar forte”) (Belluzzo, 1995). Essas medidas deram origem a uma corrente de decisões semelhantes, tomadas pelos demais Estados Nacionais, na tentativa de contra-arrestar movimentos de fugas de capitais

em direção aos mercados anglo-saxões, no que foi denominado pelo autor de processo de “desregulamentação competitiva” (Helleiner, 1994) dos mercados financeiros.

Um dos trabalhos seminais de celebração da “nova” ordem ideológica que surge nos anos 1980 foi escrito por Fukuyama (1992), no qual o autor advoga, ainda sob a influência e o clima ideológico gerado pela então recente queda do Muro de Berlim (1989), o triunfo definitivo do pensamento liberal e das sociedades capitalistas de livre mercado, além de apregoar o fim do papel do Estado na economia e o triunfo do individualismo.

A prosperidade americana, especialmente no final dos anos 1990, parecia dar razão aos ideais propagados por Fukuyama (1992). O longo ciclo de prosperidade nos EUA e os efeitos desse sobre as demais economias pareciam indicar que o “triunfo” do capitalismo liberal era mesmo definitivo. A crença nesse “êxito eterno” abalou-se um pouco na crise das empresas “ponto com”, mas, a partir de meados de 2007 e, de forma ainda mais aguda, depois do final de 2008, com a deflagração da crise financeira pelo desmoronamento dos mercados *subprime*, é que se tornou evidente a fragilidade daquela era de prosperidade. A verdadeira estatização de diversos setores da atividade financeira e produtiva dos EUA, e de outros países que adotaram pacotes “salvacionistas”, torna letra morta⁸ os vaticínios de Fukuyama e de seus seguidores em todas as demais partes do planeta.

A natureza do ciclo expansivo do final do século XX e seus resultados assimétricos⁹ revelam que os Estados Nacionais, sob o processo de globalização cuja configuração ora demonstra estar em seus dias finais, na verdade têm sido re-hierarquizados (Fiori, 2004). A crise de 2008/2009 demonstra que é dos EUA que se espera sejam definidas as regras do jogo para que a crise seja superada e para que a acumulação capitalista se desdobre, a partir disso, sob novas bases. O próprio fato de que a crise atual torna-se mais aguda justamente por ter seu ponto fulcral nos próprios Estados Unidos, mais reforçam do que atenuam a convicção da importância da liderança americana no cenário internacional.

Há, portanto, ainda muitas diferenças em termos de poderio e soberania dos respectivos Estados Nacionais, sendo uma fantasia a idéia de que eles estariam todos igualmente “morrendo” ou enfrentando uma redução, em intensidade semelhante, de suas funções sob o atual momento histórico do Capitalismo.

O fenômeno contemporâneo da globalização revela-se, portanto, um processo não meramente econômico, mas também político. Dado que as esferas de poder mundial tiveram (e têm, ainda, talvez até mais do que antes, durante a

prosperidade) papel decisivo na formatação das “regras do jogo” para os fluxos de investimentos, para os movimentos de capitais financeiros e para as normas de propriedade intelectual, sem deixar de lado, também, as normas do comércio mundial de bens e serviços. Nota-se, claramente, que, ao contrário do que apregoa a visão liberal mais ortodoxa, não há uma oposição entre “Estado” e “Mercado”. Há, sim, uma simbiose entre esses dois elementos, na qual os Estados Nacionais, notadamente os dos países mais fortes e desenvolvidos, atuam no sentido de gerar mercados e criar espaços de valorização do capital financeiro e do capital produtivo em todas as regiões do planeta, gerando negócios para suas grandes empresas de capital nacional e atuação transnacional.

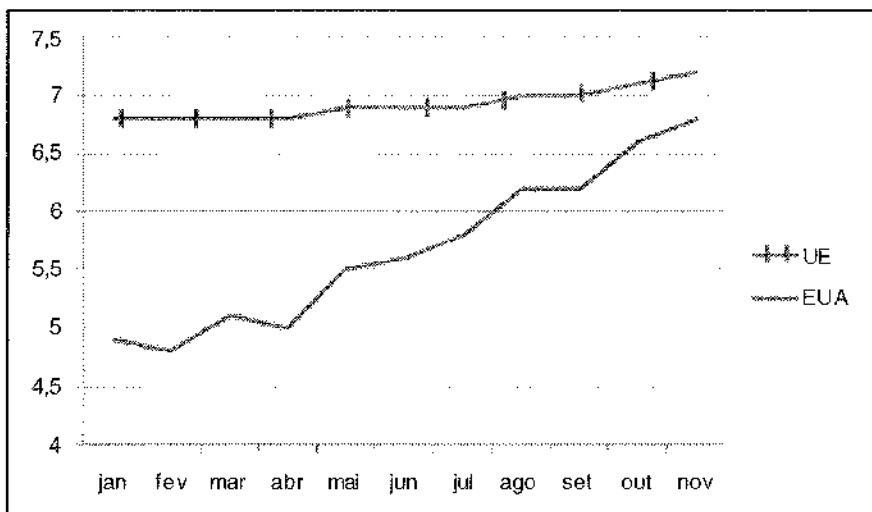
Mito do “modelo” americano de mercado de trabalho

Durante meados dos anos 1980, consolidou-se, no âmbito dos organismos financeiros internacionais e na maior parte da academia americana e de outros países também, a tese da “eurosclerosis”. Segundo ela, a taxa de desemprego dos EUA seria menor do que a da maioria dos países europeus justamente por ser o mercado de trabalho americano mais flexível e, portanto, supostamente mais propício à geração de postos de trabalho, o que explicaria o menor dinamismo das economias européias vis-à-vis a americana.

Desta maneira, o mercado de trabalho americano passou a ser tido e havido, durante os anos de hegemonia neoliberal, como o “modelo” a ser seguido, especialmente pelos europeus. Essas afirmações, porém, devem ser vistas com ressalvas, a começar pelo próprio método de cálculo das estatísticas padronizadas¹⁰ de desemprego nos dois casos (EUA e países europeus).

Antes de fazer uma avaliação da chamada “eurosclerosis”, seria interessante mostrar que o suposto “modelo americano” de mercado de trabalho revela, na crise iniciada em 2007/2008, as suas mazelas: o desemprego está subindo em todo o mundo, mas com força ainda maior exatamente nos EUA, e não só por ser o país em que se originou a crise, mas justamente porque, por ser mais flexível¹¹, o mercado de trabalho americano sofre mais rapidamente a intensidade da mesma (gráfico I) e a realimenta, pois, justamente por ser mais flexível, é acentuadamente pró-cíclico. Basta mencionar que, somente no último mês de novembro (de 2008)¹², mais de 530 mil vagas foram fechadas no mercado de trabalho americano, impulsionando ainda mais a taxa de desemprego, que já subia de 6,2%, em setembro, para 6,5% em outubro, com previsão – entre as avaliações menos pessimistas – de que atinja 7,6% em 2009. Há atualmente (janeiro de 2009) cerca de 11 milhões de desempregados nos EUA segundo a taxa de desemprego padronizada.

GRÁFICO I
Evolução mensal da taxa de desemprego no ano de 2008
União Européia versus EUA



Com relação à análise do “modelo americano” de mercado de trabalho, existem dois fatores que se somam e que precisam ser levados em consideração quando se deseja fazer uma análise mais crítica acerca da diferença entre a taxa de desemprego padronizada dos EUA e a dos países europeus mais importantes¹³.

O primeiro fator a ser levado em conta refere-se ao número de presidiários em cada país e isso se relaciona ao fato de que a sociedade americana tem uma política carcerária e uma justiça penal voltadas a um objetivo de encarceramento muito mais rigoroso do que a maioria dos países europeus. Este tema tem sido largamente discutido por Nils Christie e Lóic Wacquant em seus trabalhos recentes¹⁴. O total de presidiários na sociedade americana, em relação à população, segundo dados de Christie, é cerca de 7 a 10 vezes a relação nos principais países europeus ocidentais. Na mesma linha de Christie, Wacquant (1998; 2001) advoga que tem existido, desde pelo menos os anos 1960, na forma de uma reação aos movimentos pelos Direitos Sociais (o que inclui os direitos postulados pelo movimento negro americano), uma crescente escalada dos poderes públicos e de parte da sociedade americana em favor de uma

política de “tolerância zero”. Essa política visa a “criminalidade”, e inclui um aumento do encarceramento como uma política de controle social contra os mais pobres, a qual acabou por “aliviar” um pouco a pressão sobre o mercado de trabalho.

Christie (1999), comparando o índice de encarceramento de diversos países europeus e as respectivas evoluções das ocorrências de eventos relacionados à criminalidade, chega à conclusão de que o aumento do encarceramento e a postura de tolerância zero “são decisões políticas”, especialmente por constatar que, nos vários países avaliados, a elevação do índice de encarceramento não veio acompanhada de uma redução no índice de criminalidade.

Outro fator que precisa ser levado em conta quando se comparam as estatísticas de desemprego de EUA e Europa refere-se ao conteúdo das várias taxas de desemprego que podem ser calculadas e que refletem progressivos graus de precariedade de inserção dos trabalhadores nos respectivos mercados de trabalho nacionais. No caso dos EUA, em especial, Constance Sorrentino tem produzido uma pródiga série de estudos, publicados na *Monthly Labor Review*, que discute este tema. A autora procura mostrar, nesses trabalhos, que, ao longo dos anos 1980 e 1990 (quando a tese da “eurosclerosis” esteve em alta), a precariedade e a subutilização do trabalho nos EUA não eram bem retratadas pelas taxas padronizadas de desemprego. Elas excluem de seus dados os trabalhadores que trabalham em tempo-parcial embora estivessem disponíveis para trabalhar em tempo integral e embora precisassem conseguir um trabalho mais estável (que normalmente o trabalho em tempo-integral não é) e de jornada completa. Além desses casos, a taxa de desemprego padrão também exclui os trabalhadores que deixam de procurar trabalho por alguns períodos, embora precisem trabalhar, pois se sentem desestimulados a procurar trabalho, ao considerar que seria difícil encontrar. Essas situações são muito mais comuns no mercado de trabalho americano do que no europeu, conforme mostram os dados dos estudos desta autora. Dessa forma, quando são consideradas taxas de desemprego medidas de forma mais abrangente, a diferença entre os dados dos EUA e os dos principais países europeus reduz-se significativamente, abalando o argumento da “eurosclerosis”, que se apóia justamente no fato de a taxa de desemprego nos EUA ser destacadamente maior do que as dos países europeus.

Levando-se em conta essas idéias de Wacquant e de Christie, bem como os estudos de Sorrentino, foram preparados, para este ensaio, alguns exercícios que servem para desmascarar a suposta “excelência” do mercado de trabalho americano. Um primeiro exercício está demonstrado na tabela 1, que apresen-

ta, na primeira coluna, a taxa de desemprego padronizada nos EUA e nos 4 países europeus mais importantes. Percebe-se que a taxa de desemprego americana era de 5,1%, em 2005, e variava entre 4,8%, no Reino Unido, e 9,1%, na Alemanha, naquele mesmo ano. Na última coluna, calcula-se o que foi definido como o conceito de “taxa de subutilização do trabalho”, que vem a ser a soma entre desempregados (calculados da forma padronizada) e presidiários¹⁵. Tem-se, assim, a partir do dado atualizado da população dos países, uma estimativa do total de presidiários atual. Tomando-se a soma de presidiários mais desempregados, e dividindo-se essa mesma soma pela respectiva PEA de cada país¹⁶, apresenta-se, na última coluna, a “taxa de subutilização do trabalho” para cada país. Os dados mostram que a diferença entre a realidade dos EUA e as dos países europeus considerados, medida em termos da diferença entre as respectivas taxas de desemprego, tende a diminuir quando medida em termos do índice concebido (“taxa de subutilização do trabalho”). Ou seja, se for considerado o chamado “exército prisional de reserva” de cada país capitalista selecionado, conclui-se que a diferença entre situação menos desfavorável dos EUA e a dos países europeus selecionados tende a ser diminuída em comparação ao que revelam as estatísticas de desemprego padronizado.

Tabela 1
Desemprego, presidiários e subutilização do trabalho
EUA e países europeus, em 2005

2005	TX DES PAD (1)	PEA (2)	TOTAL DES (3)	POPULAÇÃO (4)	PRES/POP (5)	PRESID. (6)	SUBUTILIZ (7)	TAXA SUB. (8)
EUA	5,1	149296	7600	295583	650	1921	9521	6,3
ALEMANHA	9,1	42716	3900	82431	100	32	3982	9,3
ITÁLIA	7,8	24189	1900	58109	90	52	1952	8,1
REINO UNIDO	4,8	30192	1500	60441	124	69	1569	5,2
FRANÇA	9,8	27599	2700	62951	96	60	2760	10,0

Fontes: OCDE; Christie (2000). Elaboração própria. (1) taxa padronizada de desemprego (OECD Economic Outlook); (2) população economicamente ativa: números absolutos (em milhares); (3) total de desempregados segundo a taxa de desemprego padrão (em milhares); (4) por mil; (5) presidiários em relação à população: relação de final dos anos 1990, projetando-se que não tenha se alterado na primeira década do século XXI (dados de Nils Christie). Presos por 100 mil habitantes. (6) Total de presidiários em 2005 (em milhares); (7) total de pessoas cujo trabalho está subutilizado: desempregados mais presidiários (em milhares); (8) taxa de subutilização, ou seja, coluna 7 em relação à PEA (mais o total de presidiários) (em %); () estamos supondo a relação (5) de 1997, segundo artigo de Christie. Destaque-se que esta relação tem subido bastante especialmente nos EUA e no Reino Unido, mantem-*

do-se pouco alterada nos demais países em questão. Tal disparidade, na verdade, apenas reforça nossos argumentos, pois até subestima a dimensão da subutilização nos EUA e no Reino Unido.

Mas é preciso, ainda, discutir metodologicamente o conteúdo das taxas de desemprego padronizadas.

Os trabalhos de Sorrentino (1993; 1995; 2000) demonstram que o elevado grau de informalidade do mercado de trabalho americano tende a subestimar a real situação do desemprego desse país. A autora destaca que, se for considerada uma taxa de desemprego mais ampla do que a taxa padronizada, a diferença entre EUA e países europeus ocidentais tende a ser bem menor do que a comumente descrita pela taxa de desemprego padronizada¹⁷.

Os trabalhos dessa autora utilizam estatísticas geradas entre 1976 e 1993, período em que o Bureau of Labor Statistics (BLS), dos EUA, publicou sete diferentes taxas de desemprego (U1 a U7), tentando descrever um espectro amplo de situações de desemprego e/ou de procura por trabalho. Dessas, a taxa U5 segue critério da OIT e considera total de pessoas que não estão trabalhando (mas que estão efetivamente procurando trabalho e que estejam aptas a assumir um posto de trabalho) em relação ao total da força de trabalho civil (o tempo de referência é de 4 semanas). Com base nessa taxa, segundo Sorrentino (1995), é que eram definidas todas as demais taxas, da U1 à U4 e ainda as taxas mais 'amplas', U6 e U7. Essas duas últimas incluíam as pessoas de inserção precária no mercado de trabalho e/ou aquelas que dele estavam excluídas por desalento, embora precisassem (e tenham disponibilidade para) trabalhar. É importante ainda lembrar que a então taxa U6 também incluía, no numerador, além das pessoas que procuravam emprego em tempo-integral, metade das pessoas desempregadas que procuravam emprego em tempo-parcial e, ainda, metade das pessoas que trabalhavam em alguma ocupação em tempo-parcial por motivos econômicos. O denominador da U6 era composto pelo conjunto da força de trabalho civil subtraída pela metade do contingente da força-de-trabalho em tempo-parcial¹⁸. A taxa U6, ao computar certo grau de subutilização da força de trabalho, refletiria, de forma mais acurada, a situação real do desemprego, mormente em mercados de trabalho mais precários (como o dos EUA). Ou seja, a taxa U6 tendia a computar como *desempregada* certa parcela da força de trabalho que, na taxa U5, menos rigorosa, era computada como *ocupada*. A taxa U7, por seu turno, ainda incluía os chamados trabalhadores desalentados¹⁹, que eram adicionados tanto ao numerador quanto ao denominador. Tratava-se, portanto, de uma taxa um pouco mais ampla que a U6,

por também incorporar, aos trabalhadores de ocupação precária, os que, na taxa padronizada de desemprego, eram classificados como inativos, sendo, portanto, excluídos da estatística padronizada de desempregados²¹.

A tabela abaixo mostra que, à medida que se considerava uma taxa mais ampla de desemprego, no período em que as mesmas eram calculadas, ficava explícita uma diferença cada vez menor entre a taxa de desemprego nos EUA e as dos países europeus selecionados.

Tabela 2
Indicadores alternativos de desemprego em países selecionados
1983-1993

Países	Período	Em percentual			EUA=100		
		U5	U6	U7	U5	U6	U7
EUA	1983-1993	6,8	9,2	10,1	100	100	100
FRANÇA	1983-1993	10,0	12,3	12,7 (*)	147	134	126
ALEMANHA	1985-1993	6,2	6,6	n.d	91	72	n.d.
ITÁLIA	1986-1993	8,0	10,2	15,9	118	111	157
REINO UNIDO	1983-1993	9,9	11,7	12,3	146	127	122

Fonte: Sorrentino (1995). Elaboração própria.

Conforme comentado acima, a série estatística que capta dados para estas 7 modalidades de taxa de desemprego foi interrompida, infelizmente, em 1993²¹. Dessa forma, não é possível elaborar uma tabela com dados mais atualizados; de todo modo, para o que interessa aos propósitos deste ensaio, os dados acima se mostram suficientes, pois demonstram como era falaciosa a idéia, defendida pelos neoliberais, da “eurosclerosis”, segundo a qual a taxa de desemprego dos EUA seria menor²² do que a dos países europeus pelo fato de o mercado de trabalho americano ser mais flexível e, portanto, este deveria servir como “modelo” a ser seguido pelos países do Velho Continente.

Para reforçar o argumento que se deriva dos dados da tabela 2, pode-se invocar a existência, nos EUA, de um verdadeiro “exército prisional de reserva”, ou seja, de um contingente de presidiários que é muito maior naquele país do que nos países europeus aqui considerados. Os dados da tabela 1 demonstraram que, se fossem considerados os presidiários em ambos (EUA e Europa, em geral) em um suposto “índice de subutilização da força de trabalho”, o qual, conforme visto, agregaria os presidiários de cada país ao total do contingente de desempregados (ou seja, se tivesse sido considerado que a política de encarceramento americana adotada nos EUA desde os anos 1970²³ representara

uma verdadeira política de repressão e controle social que, entre outras coisas, havia “colaborado” para reduzir a taxa de desemprego), teria sido possível verificar que, no caso dos EUA, a taxa de subutilização da mão-de-obra seria mais de 25% (de 5,1% para 6,3%) maior do que a taxa padrão de desemprego, enquanto que nos países europeus a taxa calculada seria apenas cerca de 2% a 5% maior do que a de desemprego nos países continentais e cerca de 8% maior no Reino Unido. Isso, somado ao que se obtém de aumento na taxa de desemprego pelos critérios mais amplos (U6 ou U7, conforme era calculada pelo BLS), permitiria concluir que a magnitude da subutilização da mão-de-obra nos EUA e nos principais países europeus foi semelhante²⁴ pelo menos enquanto durou o mito da “eurosclerosis”, sendo apenas diferente o seu perfil: nos EUA, elevado número de presidiários e elevado percentual de trabalhadores com inserção precária e/ou irregular (legal e temporalmente) no mercado de trabalho; na Europa, um elevado desemprego que, no Brasil, seria chamado de “desemprego aberto”.

Ou seja, se fosse levado em conta o fato de que a população carcerária nos EUA é destacadamente maior do que nos países europeus ocidentais, e se também fosse considerado que o mercado de trabalho dos EUA promove uma elevada subutilização do trabalho via ampla exploração de empregos de tempo-parcial e/ou por causa do elevado número de pessoas desalentadas, não se poderia considerar o mercado de trabalho americano como “modelo” a ser seguido pelos demais países, uma vez que a taxa de desemprego que referenda esse discurso não capta essa ampla gama de situações marcadas por precariedade social e laboral na sociedade e no mercado de trabalho americano.

Ademais, dados recentes, conforme mencionados no gráfico acima, revelam que o caráter pró-cíclico do propalado mercado de trabalho flexível dos EUA revela sua face perversa de forma ainda mais enfática no momento de crise aguda, como a atual²⁵.

Mito do fim dos empregos

O aumento do desemprego que acompanhou a trajetória de adoção das políticas de caráter neoliberal tem sido atribuído, pelo pensamento até pouco tempo dominante, ao aumento do custo do trabalho, que se relacionaria à rigidez das legislações trabalhistas e à atuação da Justiça do Trabalho. Ademais, o discurso apologético da globalização neoliberal apela, não pouco frequentemente, também para o conformismo interessado do determinismo tecnológico, atribuindo o desemprego às “inevitáveis” modernizações tecnológicas das em-

presas²⁶, que estariam gerando, desde os anos 90, no auge das empresas “pontocom”, ganhos de produtividade em toda a atividade econômica (especialmente no setor privado) jamais vistos na história recente do Capitalismo.

Os dados da tabela 3 explicitam a falácia do argumento baseado nos ganhos de produtividade. Seus dados revelam que, na verdade, os maiores ganhos de produtividade nas atividades do setor privado, nos principais países capitalistas, desde o pós-guerra, ocorreram no período entre 1960 e 1973, ou seja, no período de auge das políticas keynesianas, nos principais países do G7 e na OCDE como um todo (a exceção foram os EUA, cujo auge dos ganhos de produtividade ocorreu no período mais recente – até antes da crise atual, pelo menos). No período entre as duas crises do petróleo e, depois, no período seguinte à segunda crise do petróleo, passando pelos anos 1980 e por pouco mais da metade dos anos 1990, foram justamente as épocas em que os ganhos de produtividade estiveram entre os MENORES desde o pós-guerra.

Tabela 3
Produtividade do trabalho no setor privado
Variações médias anuais por períodos e países selecionados

Países	1960-1973	1973-1979	1979-1997	1997-2006
EUA	1,9	0,1	0,7	2,4
Japão	4,9	0,7	0,9	1,4
Alemanha	2,6	1,8	1,2	1,2
França	3,7	1,6	1,3	1,3
Itália	4,4	2	1,1	0,6
Reino Unido	2,6	0,5	1,1	1,8
Canadá	1,1	-0,1	-0,5	1,7
OECD	2,9	0,6	0,9	1,8

Fonte: OCED Economic Outlook, 1998 e 2007.

Como decorrência dessa crença, algumas teorias “terminais” consolidaram-se no ideário neoliberal e tornaram-se hegemônicas ao longo dos anos 1990, especialmente: “Fim da História”, “Fim do Trabalho” e “Fim dos Empregos” etc. São “tese” primas-irmãs, que se sujeitam, na verdade, apenas a justificar os efeitos nocivos cada vez mais claros das políticas neoliberais sobre o Mundo do Trabalho. Fukuyama “puxou a fila” com seu livro célebre (Fim da História e o Último Homem), “decretando” o fim das ideologias e o triunfo do Ocidente liberal-democrático.

Deve-se destacar, ainda, alguns fatos importantes.

Em primeiro lugar, o próprio desmonte relativo dos sistemas de Welfare State nos países europeus desenvolvidos e mesmo dos arremedos de Estado de Bem Estar dos EUA (que persistem a duras penas desde o New Deal), recoloca, com peso cada vez maior, para a maior parte dos trabalhadores, a necessidade de se buscar no trabalho – em qualquer forma dele, a mais precária que seja – a única forma que resta para conseguir a sobrevivência. A redução absoluta ou relativa dos recursos destinados a programas de renda mínima, bem como o maior rigor para regras de adesão aos sistemas de seguro-desemprego, restringindo o acesso dos trabalhadores ao mesmo, compelem parcelas crescentes da população à informalidade no mercado de trabalho.

O Trabalho ocupa cada vez mais o tempo de vida das pessoas, como se pode atestar analisando dados que demonstram a ruptura do processo de redução das jornadas médias de trabalho que haviam caracterizado os mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos, revertendo um processo histórico que vinha tendo continuidade desde os primórdios do Capitalismo. Hoje em dia, há nítidos exemplos de retrocesso nesse processo de redução da jornada, em países tão diferentes como EUA, Brasil, Japão, China e vários do Leste Europeu. Ademais, há uma crescente necessidade, por parte expressiva da população, de acumular mais de um emprego para poder sobreviver dignamente. Isso tem acontecido cada vez mais na Europa, onde o fenômeno do duplo emprego sempre foi raro, e tem aumentado muito nos EUA, conforme mostram dados do Censo Americano.

Ademais, não há evidência empírica que sustente a tese do “fim dos empregos”. Dados recentes da OECD mostram que nunca houve tantos trabalhadores ocupados nos países do G7 ou da OCDE. Dados da OCDE mostram que, em 1991, havia quase 303 milhões de trabalhadores empregados no G7 e cerca de 130 milhões nos demais países que compõem o grupo de países da OCDE, perfazendo um total de cerca de 432 milhões de trabalhadores empregados na OCDE em 1990²⁷. Em 2001, esse total atingia quase 506 milhões de assalariados, saltando para quase 540 milhões no final de 2007. Ou seja, não há dados que sustentem a hipótese do “fim dos empregos”. O que houve, no início dos anos 1990, foi um aumento do número de trabalhadores desempregados tanto no G7, quanto no conjunto da OCDE, mas os dados de estoque de assalariados continuavam a aumentar; não era possível, portanto, sustentar a “tese” do fim dos empregos. O que houve sim foi um fracasso das políticas neoliberais, notadamente quando adotou as políticas mais recessivas, em gerar postos de trabalho suficientes para os cidadãos que precisavam trabalhar. Deve-se

destacar, entretanto, que, quando a economia americana, a partir da segunda metade dos anos 90, aqueceu-se, puxando consigo a economia mundial²⁸, a taxa de desemprego diminuiu em praticamente todos os países capitalistas importantes. Situação obviamente revertida na crise de 2001 e duramente agravada no atual momento, de crise aberta do capitalismo deflagrada no segundo semestre de 2008.

A tese terminal do “fim dos empregos”, notadamente quando esteve em seu “auge”, em meados dos anos 1990, acabou se prestando a desmobilizar o pensamento crítico através da aceitação de um determinismo tecnológico que tomou conta de certa literatura na área da Economia e em outras das chamadas Ciências Sociais, apregoando a suposta inevitabilidade do aumento do desemprego com o advento das “novas” tecnologias e seus supostos elevados ganhos de produtividade. Em termos empíricos, nenhuma das premissas da ideia de “fim dos empregos” se sustenta.

Conclusões e as inter-relações entre os três mitos

Os dados de produtividade do Capitalismo Contemporâneo revelam que cada ponto percentual de crescimento do produto gera MAIS postos de trabalho do que em décadas passadas²⁹; o problema é que, sob a tutela dos interesses dos financistas, as economias nacionais, nos anos 1980 e 1990, cresceram bem menos do que durante os anos 1950 e 1960. Nos anos iniciais deste novo século, os indicadores de emprego estavam atingindo resultados excepcionais, na esteira do “boom” econômico americano e chinês e de seus efeitos sobre a economia internacional. Mas este crescimento mostrou-se frágil com o estouro da “bolha” imobiliária e acionária da economia americana e seu mercado financeiro radicalmente desregulamentado.

Os dados de ganhos de produtividade comparados entre período recente (anos 1990 até hoje) fulminam a tese do fim dos empregos. O que se verificou, nos tempos de auge das políticas neoliberais, foi na verdade um fracasso em termos de geração de postos de trabalho, com a desarticulação do padrão de consumo e crescimento que havia vigorado nos Anos Dourados. A ampliação dos investimentos públicos e privados, a redução da jornada e os empregos públicos criados pelos Estados de Bem Estar Social foram os principais responsáveis pelo pleno emprego atingido nos países desenvolvidos. A condução da política econômica, por parte dos diferentes Estados Nacionais, estava então apartada dos efeitos – hoje cada vez mais habituais – nocivos da especulação financeira.

Os mercados financeiros, porém, notadamente a partir dos anos 1970, quando se consolida o processo de desregulamentação dos fluxos de capitais, passaram progressivamente a “chantagear” os formuladores de política econômica, que tentaram se defender das recorrentes ameaças de fugas de capitais oferecendo, aos detentores de riqueza financeira, juros cada vez mais altos; ao mesmo tempo, as Autoridades Econômicas dos diferentes países procuraram adotar medidas para agradar aos “mercados” e merecer deles cada vez maior “credibilidade”, o que inclui certamente decisões destinadas a remover Diretos Sociais, interpretados pelos “tribunais” julgadores dos mercados de finanças como os culpados pela desaceleração econômica ocorrida a partir do início dos anos 1970.

É nesse exato contexto que foram sendo adotadas políticas de flexibilização dos mercados de trabalho, as quais, na verdade, fazem parte do mesmo receituário que prescreveu os processos de liberalização dos mercados de finanças e de produtos que tem dominado a cena econômica mundial nas décadas mais recentes.

Os objetivos (muitas vezes não declarados) de tais medidas eram, na verdade, retirar os entraves à circulação e aplicação do capital em todos os setores das atividades econômicas, mesmo naquelas até então imunes às regras do lucro capitalista. Tratava-se, enfim, do triunfo do discurso financeiro em detrimento do social.

O capitalismo turbinado pelas “finanças desregulamentadas” é que promoveu esses efeitos sobre o Mundo do Trabalho. A leitura da boa literatura econômica ensina que a decisão de investir na produção³⁰ é que determina o nível de emprego. Os trabalhadores, sob o capitalismo, não podem decidir sobre seu próprio destino. Não podem decidir ter um emprego; podem (devem, na verdade) procurar por ele. O comando das decisões encontra-se nas mãos dos detentores dos meios de produção. São os capitalistas que decidem (ou não) empregar seu dinheiro na produção e, assim, gerar (ou não) postos de trabalho.

Conforme procurou demonstrar este ensaio, as mudanças ocorridas na forma de (des)regulação dos mercados de trabalho decorreram, em última instância, das mudanças ocorridas, a partir do último quarto do século XX, na ordem financeira internacional e nos seus impactos sobre as estratégias de concorrência das empresas. A desregulamentação dos mercados de trabalho não foi mais do que um dos elementos integrantes das chamadas reformas neoliberais conduzidas a partir dos anos 1980. E seus resultados – em termos de emprego e renda do trabalho – não foram diferentes dos que ora se vêem, com mais clareza, no sistema financeiro internacional.

Abstract

The collapse of the international financial system, triggered up by the break of the real estate market in the United States of America, generated an economic crisis never seen since 1929. This situation puts in discussion the neoliberal economic policies in all countries. The objective of this article is to evaluate three of neoliberalism's main myths: (a) the myth of the "end of Nation States"; (b) the myth of the American labour market as a model to be followed by other countries and (c) the myth of the "end of jobs".

Key-words: Neoliberalism; Nation States; 2008/2009 international financial crisis.

Referências

- BELLUZZO, L.G. M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. *Economia e Sociedade*, Campinas (SP), 1995; n.4, p. 11-20.
- CAPDEVIELLE, P. e SHERWOOD, M. K. Providing comparable international labor statistics. *Monthly Labor Review*, June 2002. p. 3-14.
- CASTEL, R. As Metamorfoses do Trabalho. In: FIORI, J.L., LOURENÇO, M.S. e NORONHA, J.C. (org.). *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996. (a).
_____. (org.). *La mondialisation financière: genèse, coût et enjeux*. Paris: Ed. Syros, 1996. (b)
- CHRISTIE, N. Elementos para uma geografia penal. *Revista de Sociologia e Política* (13), 1999. Universidade Federal do Paraná (UFPR). Departamento de Ciências Sociais. p.51-57.
_____. *Crime control as industry. Towards gulags, Western Style?* 2nd. Edition revised and enlarged. London: Routledge. 1994
- EATWELL, J. Unemployment on a World Scale. In: EATWELL, J. (ed.) *Global Unemployment – loss of jobs in the 90's*. New York: M.E. Sharpe, 1993.
- EHRENREICH, B. *Miséria à americana*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.
- ESTEVES, P.L. (org.). *Instituições internacionais: segurança, comércio e integração*. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2003 [Coleção Estudos de Relações Internacionais].
- FIORI, J.L. *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1997. (a)
_____. *Globalização, hegemonia e império*. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (org.) *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1997. (b)
- FIORI, J.L. (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes. 2004.
- FUKUYAMA, F. *O Fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1992.
- GERSCHENKRON, A. *Economic backwardness in historical perspective*. Cambridge, Harvard University Press, 1962.

- GLYN, A. A social-democracia e o pleno emprego. *Política Externa*, São Paulo: Ed. Paz e Terra, v. 4, n. 2, p.54-79. Setembro-Outubro-Novembro, 1995. (a)
- GLYN, A. *Capitalism Unleashed: finance, globalization and welfare*. Oxford University Press, New York, 2006.
- _____, HUGHES, A., LIPIETZ, A. and SINGH, A. The Rise and Fall of the Golden Age. In: MARGLIN, S. e SCHOR, J. (1990). *The Golden Age of Capitalism*. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- GOUREVITCH, P. *Politics in Hard Times: comparative responses to international economic crises*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1986.
- HAYEK, F. A. *O Caminho da Servidão*. Porto Alegre: Globo, 1977.
- HELLEINER, E. *States and the Reemergence of Global Finance: from Bretton Woods to the 1990s*. Cornell University Press, 1994.
- HOBBSBAWM, E. *Era dos Extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Intervista sul nuovo secolo*. (a cura di Antonio Polito). Roma-Bari: Editori Laterza, 1999.
- HOBBSBAWM, E. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária., 1983 (terceira edição brasileira).
- KAPSTEIN, E. *Governing the Global Economy: international finance and the state*. Harvard University Press, 1996.
- KEMP, T. *Revolução Industrial na Europa do século XIX*. Lisboa, Portugal: edições 70, 1987.
- KEYNES, J.M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. (Série Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural. Edição de 1988 [1936].
- LARSEN, F. The United States as a Job Creation Machine: an example for Germany?. *IME*, 1999.
- MARX, K. *O Capital – crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.
- MATTOS, F. A. M. Fim dos Empregos?. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro (RJ), v. 8, n. 1, p. 155-182, 2004.
- _____. Transformações nos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos a partir da retomada da hegemonia americana. *Tese de Doutorado*. Instituto de Economia (IE) da UNICAMP. Campinas, 2001.
- MOLLO, M.L.R. Globalização da economia: exclusão social e instabilidade monetário-financeira. *Política Comparada*. *Revista Brasileira de Políticas Comparadas*. Vo. 1/n. 2, Brasília (DF), 1997.
- SERRANO, F. *Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível*. In: Fiori (2004), op. cit.
- SORRENTINO, C. International comparisons of unemployment indicators. *Monthly Labour Review*. Washington: Department of Labor, March, 1993, v.116, n.3.

- SORRENTINO, C. International unemployment indicators, 1983-93. *Monthly Labour Review*. Washington: Department of Labor, August, 1995. v.118, n.8, p.31-50.
- _____. International unemployment rates: how comparable are they? *Monthly Labour Review*. Washington: Department of Labor, June 2000. p. 3- 20.
- UNITED NATIONS (2005). Report on the World Social Situation. The Inequality Predicament. *United Nations*. December, 2005. Acesso pelo seguinte endereço <http://www.un.org/esa/socdev/rwss/rwss.htm>.
- VELASCO E CRUZ, S. Organizações internacionais e reformas neoliberais: reflexões a partir do tema da propriedade intelectual. In: ESTEVES (2003).
- WACQUANT, L. (2001). *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.
- _____. (1998). L'imprisonnement des 'classes dangereuses' aux États-Unis. *Le Monde Diplomatique*, julho 1998.

Notas

¹ Ver Marx [1968], vol.1; cap. 24 (especialmente). Sem contar a atuação do Parlamento para prover ao cercamento das terras e assim, liberar, para a indústria nascente, mão-de-obra antes atuante no campo em terras coletivas, Marx também destacou outra forma de intervenção do poder público na consolidação do capitalismo na Inglaterra: "a burguesia nascente precisava e empregava a força do estado para "regular" o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes à produção de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e para manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência. Temos aí um fator fundamental da chamada acumulação primitiva" (p. 855).

² Gerschenkron (1962).

³ Em todos os países de industrialização atrasada, foram adotadas medidas de protecionismo, patrocinadas pelos respectivos Estados Nacionais, evidentemente em favor dos interesses da indústria nascente em busca de reserva de mercado. O poder político das elites industriais nascentes se consolidava no âmbito dos respectivos Estados Nacionais, manifestando-se concretamente na adoção de medidas protecionistas, de indução ao crédito subsidiado e de impulso ao financiamento de investimentos em inovação tecnológica, entre outras medidas atinentes ao desenvolvimento das atividades industriais em um ambiente mundial de crescente competição entre as empresas e entre as Nações. No campo da Política, essa rivalidade entre os Estados Nacionais manifestou-se na corrida Imperialista e, no limite, desaguou na Primeira Guerra Mundial (Hobsbawm, 1983).

⁴ No campo da teoria econômica, a segunda metade do século XX assistiu à ascensão das teorias de enfoque neoclássico, que substituíram a economia política clássica. Entre as obras mais importantes daquele período, destacam-se as de Walras, Jevons e Menger, todas calcadas em estudos de comportamento microeconômico de firmas e indivíduos, buscando maximizar sua satisfação. Ou seja, obras baseadas em uma visão que, na verdade, se opunha ao pensamento marxista, o qual colocava no centro da discussão metodológica os conflitos de interesses das diferentes classes sociais. Na literatura neoclássica que ora se firmava (segunda metade do século XIX), o processo de desenvolvimento econômico era interpretado como um fenômeno harmonioso, contínuo e gradual, para cuja compreensão não importavam fatores históricos específicos de cada momento e lugar.

⁵ O Mont Pèlerin fica na Suíça, e foi nas suas cercanias que, em 1947, Hayek uniu intelectuais para participar do evento fundador do grupo que seria, a partir de então, o portador dos ideais do liberalismo econômico. Friedrich Hayek, principal nome do grupo de intelectuais reunidos na

Sociedade Mont Pèlerin, que se dedicou a propagar os ideais do neoliberalismo, em sua principal obra, intitulada *O Caminho da Servidão* (Hayek, 1977), adianta, logo no prefácio, que pretendia fazer da obra um libelo político de defesa dos seus ideais, que se baseavam principalmente no combate a qualquer forma de intervencionismo do Estado e que alertava contra a ascensão do socialismo.

⁶ Dados o contexto da Guerra Fria, a necessidade de reconstrução dos países europeus devastados pela guerra, a necessidade de se encampar algumas empresas estratégicas que haviam sido destruídas (literalmente) ou que haviam ido à falência (especialmente empresas dos setores de infra-estrutura, notadamente na Itália, na França e na Alemanha, onde houve amplo processo de estatização de setores produtivos nessas áreas de atuação – energia, transportes e comunicações), e ainda, dadas as reminiscências do período de Depressão Econômica do entre-guerras (quando o Liberalismo clássico era a ideologia dominante), no pós-segunda guerra a intervenção estatal na economia passou a ser aceita pelos homens de negócios e clamada pelas classes populares. Nas palavras de Hobsbawm (1983), “a questão central já não era saber se o Estado devia participar ativamente da economia ou até que ponto. O que se indagava era como deveria ele controlar a economia, até que ponto deveria abster-se de assumir postos-chave da economia até então desocupados, por desejar presentear-los à iniciativa privada, e quais deveriam ser os objetivos de sua vontade”. (Hobsbawm, 1983; p. 230).

⁷ Velasco e Cruz (2003) destaca que a crise econômica dos anos 70 foi fundamental para que se tornassem hegemônicas as idéias do pensamento neoliberal, que passaram a ser colocadas em prática justamente a partir daquele momento: “Com toda a antipatia que o leitor porventura almente pelos animadores desse movimento, uma coisa não se lhes poderá negar: eles se bateram com garra por tornar vitoriosas as suas idéias. Mas o êxito que alcançaram não advém da intensidade do esforço empenhado ou da inteligência com que foi dirigido. O sucesso do movimento neoliberal se verifica em um período em que o capitalismo central está em crise e não seria plausível na ausência dessa”. Na esteira desse comentário, vale salientar aqui que tanto Velasco e Cruz (2003) quanto também Fiori (1997 a e 1997 b) concordam que duas das principais diferenças entre o velho Liberalismo e o chamado Neoliberalismo não se restringem apenas ao momento histórico em que cada um surge (respectivamente, séculos XVI e XVIII e segunda metade do século XX), mas relacionam-se também ao fato de que, no caso do velho Liberalismo, o mesmo representou, de alguma forma, um “avanço”, pois representava uma oposição ao Absolutismo e portanto uma defesa e uma justificativa do Capitalismo por parte de uma classe que surgia no florescimento do Capitalismo (a burguesia industrial) e que transformava e impulsionava o modo de produção então vigente; no caso do neoliberalismo, o mesmo surge simplesmente como uma reação ao capitalismo politicamente regulado do pós-guerra (baseado no Welfare State e na atuação dos Estados Nacionais no impulso às políticas de pleno emprego) (Eatwell, 1993).

⁸ Certamente o mais comedido é pensar, seguindo os ensinamentos da História, que, ao longo do tempo, variam as formas e a intensidade com que os Estados intervêm na atividade econômica, mas dificilmente há períodos em que esta intervenção tenda a zero. Hobsbawm (1983) destaca, especialmente no capítulo 12 (“Governo e Economia”) que o pensamento liberal clássico instalou-se na Inglaterra depois das guerras napoleônicas, especialmente durante a Revolução Industrial, quando a liderança industrial inglesa era incontestável, daí o Liberalismo atender aos interesses do setor industrial em expansão internacional de vendas e domínio da tecnologia vigente, sem contar na frota marítima incomparável. Hobsbawm (1983) ainda comenta que “os alicerces do *laissez-faire* desmoronaram nas décadas de 1860 e 1870” (p. 220), quando as demais nações se industrializaram e, portanto, quando a idéia de livre comércio e de não-intervenção do Estado não atendiam aos interesses das elites industriais dos países de industrialização atrasada (no sentido de Gerschenkron).

⁹ Isso se pode demonstrar, por exemplo, com o fato de que, entre 1980 e 1998, a economia americana cresceu à taxa média de cerca de 2,7% ao ano, enquanto a economia da zona do Euro

creceu apenas cerca de 2,1%. No agregado, nesse período, a economia americana cresceu 63% e a européia apenas 45% (sempre em termos reais, ou seja, descontada a inflação) (Mattos, 2001). No período 1998-2006, a economia americana cresceu à taxa média (real) anual de cerca de 2,9%, enquanto a zona do Euro cresceu à taxa de apenas 2,2%.

¹⁰ Isso será discutido em mais detalhes, em seguida.

¹¹ Ou seja, a grosso modo, um mercado de trabalho cujas demissões são facilitadas por uma legislação menos restritiva, o que inclui também custos menores para os empregadores. De modo geral, a flexibilização dos mercados de trabalho é obtida através de medidas que criam maiores facilidades para o ajustamento de preços (salários, no caso) e quantidades (emprego, no caso) às flutuações do ciclo macroeconômico. De modo bastante resumido, pode-se afirmar que, para os neoliberais, a redução dos custos do trabalho (quer seja dos salários diretos ou dos custos indiretos relacionados às leis e regras que regem o contrato de trabalho) tende a promover a expansão da produção e, portanto, a do emprego. Dessa forma, através de uma mudança das relações de trabalho, podem ser criadas, segundo o pensamento neoliberal/neoclássico, condições para estimular a atividade econômica. Para os keynesianos, por outro lado, o nível de emprego é um *resultado* do nível da demanda agregada. O nível da demanda agregada, por sua vez, depende da decisão de gasto tomada pelos capitalistas (que tomam a decisão de investir de acordo com o nível vigente da taxa real de juros e do fluxo esperado de rendimentos futuros do empreendimento) e pelos consumidores, além dos gastos públicos. Sem contar a demanda externa (exportações).

¹² Em dezembro de 2008 e em janeiro de 2009 também foram fechados cerca de 600.000 postos de trabalho (em cada mês).

¹³ Tal discussão mereceria considerações metodológicas mais profundas, que não cabem aqui neste espaço, mas que, de todo modo, devem pelo menos ser mencionadas e apresentadas de forma numérica, nem que seja numa argumentação sucinta.

¹⁴ Ver, por exemplo: Christie (1999) e (1994) e também, sobre uma crítica à política de “tolerância zero” da sociedade americana e seus resultados, ver Wacquant (1998) e (2001).

¹⁵ Para obter o total de presidiários no ano de 2005, foi tomada como referência a relação entre presidiários e população habitante em cada país. Essa relação fora calculada por Christie em 1999 e, para efeito de cálculo aproximado para a atualidade, essa mesma relação foi projetada para os tempos atuais.

¹⁶ Acrescida, evidentemente, do número de presidiários.

¹⁷ A taxa padronizada não inclui o chamado “subemprego”, ou seja, formas mitigadas de desemprego que, no Brasil, é chamado de “desemprego oculto pelo trabalho precário” ou “pele desalento”.

¹⁸ Segundo Sorrentino (1995), esta definição se justificava pelo fato de que os trabalhadores em tempo-parcial involuntário deveriam ser considerados como parcialmente desempregados, denotando uma situação de precariedade do mercado de trabalho, incapaz de oferecer, na quantidade necessária pelo tamanho da força de trabalho, os postos de trabalho necessários a todos eles.

¹⁹ Os trabalhadores desalentados representam as pessoas que estão sem emprego, mas que precisam ter um trabalho, mas não o estão procurando por considerarem que sua procura não será bem sucedida.

²⁰ Aqui temos uma situação semelhante à que ocorre no Brasil, onde a taxa convencional do IBGE não inclui os desalentados, mas a taxa mais ampla, calculada pelo DIEESE e SEADE, os inclui, gerando, portanto, uma taxa mais ampla e também – segundo o ponto de vista defendido neste ensaio – mais adequada para descrever a situação de precariedade do mercado de trabalho.

²¹ Apenas para registro, já que há raro material que discuta diferenças entre as taxas de desemprego mais recentes, vale lembrar que Capdevielle e Sherwood (2002) destacam que, tomando-se, no

caso da Alemanha, a taxa de desemprego nacional ajustada para critérios americanos, existe uma diminuição na taxa alemã. Para o caso de 2000, segundo os autores, a taxa nacional de 10,5% cairia para 8%.

²² Conforme mostra a tabela 2, se for considerado o critério mais rigoroso de medição da taxa de desemprego, o desemprego nos EUA é apenas um pouco menor do que o da França e do que o Reino Unido.

²³ É cedo para saber de, de fato, tal realidade vai ser modificada no governo de Barak Obama; mas, de todo modo, os dados analisados neste ensaio se referem a um período em que essas políticas e em que esses valores vigoravam, ao mesmo tempo em que era hegemônico o pensamento neoliberal e em que, portanto, era também hegemônica a idéia da "eurosclerosis".

²⁴ Pela taxa padronizada, o desemprego nos EUA era, em 2005, cerca de 36% menor do que a taxa média (não-ponderada) dos 4 maiores países europeus; levando-se em conta os presidiários, o desemprego dos EUA tornar-se-ia 23% menor do que a média européia mencionada. Além disso, na tabela 2 percebe-se que a diferença entre a taxa dos EUA e a de França e de Reino Unido, de meados dos anos 1990, reduz-se em cerca de 12 pontos percentuais quando se "migra" da taxa padronizada para a taxa mais ampla. No conjunto das duas situações, portanto, a diferença entre a taxa americana e a média européia quase se anula.

²⁵ Dados recentes do Bureau of Labor Statistics (BLS) mostram que, em agosto de 2007, a taxa de desemprego padrão dos EUA era de 4,7% e, em julho de 2008, já atingia 5,7%, subindo para 6,1%, 6,1%, 6,5% e 6,7%, respectivamente, em agosto, setembro, outubro e novembro de 2008. No caso da União Européia, a taxa de desemprego era de 7,4% em agosto de 2007 e estava em 7,5% em julho de 2008, subindo apenas para 7,7% em novembro de 2008. Os dados da União Européia aqui mencionados não são comparáveis aos dados mencionados neste mesmo ensaio para anos anteriores, pois a composição dos países da União Européia mudou muito nos últimos anos. Atualmente, há 27 países nesse agregado, enquanto até meados dos anos 1990, havia apenas 15.

²⁶ Essas modernizações recentes, ainda segundo esses ideólogos, estariam, supostamente, gerando ganhos de produtividade mais elevados do que em qualquer outro momento da História do Capitalismo, daí seu suposto efeito devastador sobre a geração de empregos.

²⁷ Sem contar que cerca de 1,2 bilhão de novos operários foram colocados no mercado de trabalho nos últimos 30 anos, com destacada contribuição da China e da Índia – sem entrar no mérito acerca da qualidade das condições de trabalho da maior parte desses operários, este dado desautoriza qualquer teoria de "fim dos empregos".

²⁸ Nesse período (1996-2000), até mesmo as economias mais ricas da Europa Ocidental, que normalmente cresciam muito pouco a partir dos anos 80, tiveram um desempenho muito positivo em termos de geração de postos de trabalho e de redução da taxa de desemprego.

²⁹ Dados organizados por Glyn (2006) confirmam esse diagnóstico mostram que os ganhos de produtividade do trabalho dos anos 80 e 90, bem como deste início do século XXI, são menores do que eram nos anos 50 e 60, notadamente na Europa Ocidental.

³⁰ Na verdade, talvez fosse desnecessário dizer "investir na produção", pelo fato disso significar um pleonasma. Mas é sempre bom evitar confusões, em especial em uma era, como a atual, em que o linguajar da mídia "especializada" chama de "investidores" os que atuam no mercado financeiro em especulação com títulos e outros "produtos" gerados pela engenhosidade da concorrência inter-capitalista do próprio mercado financeiro.